

INCLUSÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM ESTUDO DOS PROJETOS POLÍTICOS DOS CURSOS DAS LICENCIATURAS DO IFG

SCHOOL INCLUSION AND SPECIAL EDUCATION: A STUDY OF THE PEDAGOGICAL COURSE PROJECTS OF IFG'S TEACHER EDUCATION PROGRAMS

ALFABETIZACIÓN Y LETRAMIENTO EN LA EDUCACIÓN ESPECIAL DESDE LA PERSPECTIVA DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA: FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, MEDIACIONES PEDAGÓGICAS Y DESAFÍOS DE LAS PRÁCTICAS INCLUSIVAS EN LOS PRIMEROS AÑOS DE LA EDUCACIÓN PRIMARIA

Camila Costa de Oliveira Teixeira Álvares¹
Roberta Assunção²

RESUMO: Este artigo analisou como a inclusão escolar e a Educação Especial foram tratadas nos Projetos Pedagógicos de Curso das licenciaturas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Goiânia. O estudo inseriu-se no debate sobre a formação inicial de professores e sua relação com as políticas públicas de Educação Especial na perspectiva inclusiva, considerando os avanços legais e os desafios para sua efetivação no cotidiano escolar. Metodologicamente, a pesquisa apoiou-se em abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso das licenciaturas em Física, História, Letras, Matemática e Música, publicados entre 2018 e 2022. A análise foi realizada por meio da identificação dos conceitos 'inclusão', 'inclusão escolar' e 'educação especial', seguida da categorização dos contextos em que apareceram nos documentos. Os resultados indicaram que a temática esteve presente nos cursos analisados, mas sua incorporação ocorreu de modo contraditório, com avanços, lacunas e diferentes níveis de articulação com a formação docente: o conceito 'inclusão' foi o mais recorrente, a expressão 'inclusão escolar' apareceu de modo reduzido, e os Projetos Pedagógicos de Curso mostraram-se mais consistentes ao tratar a inclusão como princípio formativo, institucional ou curricular do que ao articulá-la às práticas pedagógicas, aos estágios supervisionados e à formação docente voltada ao público da Educação Especial.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Educação especial. Políticas públicas. Licenciaturas. Projetos pedagógicos de curso.

¹ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

² Professora na Universidade de Brasília (UnB).

ABSTRACT: This article analyzed how school inclusion and Special Education were addressed in the Course Pedagogical Projects of undergraduate teacher education programs at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Goiás, Goiânia Campus. The study was situated within the debate on initial teacher education and its relationship with public policies on Special Education from an inclusive perspective, considering legal advances and the challenges involved in their implementation in everyday school contexts. Methodologically, the research adopted a qualitative, exploratory approach, based on documentary analysis of the Course Pedagogical Projects of the undergraduate teacher education programs in Physics, History, Languages and Literature, Mathematics, and Music, published between 2018 and 2022. The analysis was conducted by identifying the concepts ‘inclusion,’ ‘school inclusion,’ and ‘Special Education,’ followed by the categorization of the contexts in which they appeared in the documents. The results indicated that the topic was present in the courses analyzed; however, its incorporation occurred in a contradictory manner, with advances, gaps, and different levels of articulation with teacher education: the concept ‘inclusion’ was the most recurrent, the expression ‘school inclusion’ appeared to a limited extent, and the Course Pedagogical Projects were more consistent in addressing inclusion as a formative, institutional, or curricular principle than in articulating it with pedagogical practices, supervised internships, and teacher education aimed at students served by Special Education.

Keywords: School inclusion. Special Education. Public policies. Undergraduate teacher education programs. Course Pedagogical Projects.

RESUMEN: Este artículo analizó cómo la inclusión escolar y la Educación Especial fueron abordadas en los Proyectos Pedagógicos de Curso de las licenciaturas del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Goiás, Campus Goiânia. El estudio se inscribió en el debate sobre la formación inicial del profesorado y su relación con las políticas públicas de Educación Especial desde una perspectiva inclusiva, considerando los avances legales y los desafíos para su implementación efectiva en el cotidiano escolar. Metodológicamente, la investigación se basó en un enfoque cualitativo, de carácter exploratorio, con análisis documental de los Proyectos Pedagógicos de Curso de las licenciaturas en Física, Historia, Letras, Matemáticas y Música, publicados entre 2018 y 2022. El análisis se realizó mediante la identificación de los conceptos ‘inclusión’, ‘inclusión escolar’ y ‘educación especial’, seguida de la categorización de los contextos en los que aparecieron en los documentos. Los resultados indicaron que la temática estuvo presente en los cursos analizados, pero su incorporación se produjo de manera contradictoria, con avances, lagunas y diferentes niveles de articulación con la formación docente: el concepto ‘inclusión’ fue el más recurrente, la expresión ‘inclusión escolar’ apareció de manera limitada, y los Proyectos Pedagógicos de Curso mostraron mayor consistencia al abordar la inclusión como principio formativo, institucional o curricular que al articularla con las prácticas pedagógicas, las prácticas supervisadas y la formación docente dirigida al público de la Educación Especial.

Palabras clave: Inclusión escolar. Educación especial. Políticas públicas. Licenciaturas. Proyectos pedagógicos de curso.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva constitui um campo central nas discussões sobre o direito à educação (Brasil, 1988), pois reafirma a necessidade de garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem aos estudantes da Educação Especial nos espaços regulares de escolarização. Nessa direção, a inclusão escolar não se limita à matrícula, mas envolve a organização de condições pedagógicas, institucionais e curriculares que favoreçam a participação de todos os estudantes.

Em consonância com o que está estabelecido na legislação brasileira, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Goiânia assume, nos textos dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das licenciaturas, um compromisso formal com os princípios da inclusão escolar e com a garantia do acesso, da permanência, da participação e da aprendizagem dos estudantes. Assim, a questão norteadora desta pesquisa foi: como a inclusão escolar e a Educação Especial são tratadas nos Projetos Pedagógicos de Curso das licenciaturas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, do Câmpus Goiânia?

A relevância científica está na possibilidade de ampliar os estudos sobre formação docente, inclusão escolar e Educação Especial, especialmente no contexto das licenciaturas dos Institutos Federais. Ao analisar os Projetos Pedagógicos de Curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Goiânia, o estudo poderá subsidiar novas discussões e reflexões sobre a presença dessa temática na formação de professores. Além disso, a divulgação dos resultados em eventos acadêmicos e periódicos científicos poderá ampliar seu alcance e fortalecer o debate no campo educacional.

A pesquisa teve por objetivo analisar como a inclusão escolar e a Educação Especial são tratadas nos Projetos Pedagógicos de Curso das licenciaturas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Goiânia. De modo mais específico, buscou-se: a) compreender como os princípios da educação inclusiva, presentes nos documentos normativos e nos discursos institucionais, são incorporados aos currículos dos cursos de licenciatura; b) identificar avanços, limites e desafios presentes nesses currículos; e c) analisar as condições institucionais e curriculares relacionadas à formação de docentes capazes de atuar em contextos educacionais diversos.

Inclusão escolar e educação especial no Brasil: fundamentos legais e conceituais

A Educação Especial na perspectiva inclusiva vem sendo afirmada a partir de marcos internacionais que reconhecem o direito à educação em sistemas de ensino inclusivos, com garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem. Entre esses marcos, destacam-se a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, de 10 de junho de 1994 (UNESCO, 1994), e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, promulgados no Brasil pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (Brasil, 2009a).

No contexto nacional, esse direito é reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituída pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, especialmente em seus artigos 58, 59 e 60, que reconhecem a Educação Especial como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, prevendo serviços de apoio especializado, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às necessidades desse público (Brasil, 1996).

Também se destacam a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008 (Brasil, 2008b); a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica, que instituiu Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (Brasil, 2009b); e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituída pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015b).

Em 2025, o debate normativo passou a incorporar o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro (Brasil, 2025a), que instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, posteriormente alterado pelo Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025 (Brasil, 2025b). Esse marco atualizou a organização da Educação Especial na perspectiva inclusiva ao reforçar a garantia de inclusão em classes e escolas comuns, os apoios necessários à participação, à permanência e à aprendizagem e a elaboração de documentos individualizados de natureza pedagógica, como o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e o Plano Educacional Individualizado (PEI). Conforme a redação

atualizada do Decreto nº 12.686/2025, a institucionalização desses documentos compõem o Projeto Político de Curso da instituição de ensino.

Em sua dimensão conceitual, a Educação Especial na perspectiva inclusiva precisa ser compreendida em seu movimento histórico, marcado por avanços, permanências e contradições (Glat; Blanco, 2007). A passagem da integração para a inclusão representa uma mudança significativa na compreensão da escolarização das pessoas com deficiência. Na integração, o estudante é inserido na escola comum, mas permanece submetido às estruturas, às práticas e às exigências já estabelecidas.

Na perspectiva inclusiva, ao contrário, é a escola que precisa rever sua organização, suas práticas pedagógicas e suas concepções de ensino, a fim de garantir o direito de todos à participação e à aprendizagem (Mantoan 2003, 2012). A autora defende, ainda, que a inclusão escolar não se limita ao acesso ou à matrícula do estudante na classe comum, pois implica uma transformação mais ampla da escola. Isso exige a superação de práticas seletivas e excludentes, bem como a reorganização do currículo, das formas de ensinar e avaliar e das relações estabelecidas no ambiente escolar. Assim, incluir significa assegurar que todos os estudantes participem do processo educativo e tenham reconhecido seu direito de aprender em uma escola comum.

5

A distinção entre integração e inclusão permite compreender que a inclusão questiona a própria organização do sistema escolar, propondo mudanças estruturais para atender à diversidade dos estudantes, em vez de exigir que estes se adaptem a um modelo previamente estabelecido. Em contrapartida, na perspectiva da integração, o estudante é inserido na escola regular, mas cabe a ele adaptar-se às normas, práticas e exigências da instituição, que permanece, em grande medida, inalterada. Desse modo, é o aluno que deve ajustar-se à escola, e não a escola que se reorganiza para atender às necessidades de todos (Lanuti; Baptista; Mantoan, 2022).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva afirma que o movimento mundial pela inclusão é uma ação “política, cultural, social e pedagógica”, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem discriminação (Brasil, 2008b, p. 5). Subjaz a essa ideia a compreensão de que igualdade e diferença devem ser articuladas como valores indissociáveis, reconhecendo que a escola, historicamente, produziu formas de exclusão ao tomar como referência um modelo único de estudante.

Nessa perspectiva, a Educação Especial deixa de ser compreendida como atendimento substitutivo ao ensino comum e passa a assumir função complementar ou suplementar, organizada para eliminar barreiras e favorecer a participação dos estudantes que compõem o público da Educação Especial (Brasil, 2008b). Assim, a inclusão exige o enfrentamento de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais que restringem a convivência e a participação dos estudantes.

Corroborando a discussão conceitual, Souza (2018) trata das terminologias utilizadas no campo da Educação Especial ressaltando que as palavras não são neutras, pois expressam concepções históricas, políticas e sociais sobre os sujeitos. Além disso, destaca que há uma aproximação entre o campo político e o acadêmico, marcada por disputas sobre a caracterização do público atendido e pela coexistência de perspectivas distintas e, muitas vezes, contraditórias. Desse modo, termos como ‘excepcionais’, ‘portadores de deficiência’, ‘necessidades especiais’, ‘pessoas com deficiência’ e ‘público da Educação Especial’ não podem ser tomados como simples mudanças linguísticas, pois revelam modos diferentes de compreender a diferença, a deficiência e o direito à educação.

Cardoso (2021) ressalta que a expressão ‘portador de deficiência’ deve ser evitada, pois o termo ‘portador’ transmite a ideia de que a deficiência é algo que se leva ou carrega como um objeto. Nesse sentido, o uso de terminologias adequadas não é apenas uma questão formal, mas também ética e política, pois as palavras expressam concepções sobre os sujeitos e podem reforçar ou enfrentar estigmas.

Com efeito, pensar a inclusão escolar, especialmente no campo da Educação Especial na perspectiva inclusiva, exige reconhecer que a existência de políticas públicas e garantias legais, embora indispensáveis, não assegura automaticamente sua efetivação no cotidiano escolar. Para Mantoan (2003), a inclusão implica uma transformação profunda da escola, de suas concepções, de sua organização e de suas práticas pedagógicas.

Nessa perspectiva, não basta garantir formalmente o acesso à classe comum; é necessário criar condições para que todos os estudantes participem e aprendam. Esse processo envolve a reorganização curricular, a revisão das práticas de ensino e avaliação, a formação dos professores e o enfrentamento das barreiras que atravessam a vida escolar. Nesse cenário, a formação inicial ocupa lugar central, pois deve preparar os futuros docentes para compreender a inclusão como princípio constitutivo da prática educativa.

A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva reafirma o direito dos estudantes que compõem o público da Educação Especial à escolarização em espaços comuns e exige condições concretas para que esse direito se materialize. Por isso, analisar os PPCs das licenciaturas torna-se relevante, pois permite verificar se a formação inicial de professores incorpora essa discussão nas dimensões curricular e pedagógica ou se a inclusão permanece apenas como princípio formal nos documentos do IFG – Câmpus Goiânia.

Os projetos políticos dos cursos das licenciaturas do ifg – câmpus goiânia

No ano de 2026, o IFG completou 117 anos. A instituição iniciou suas atividades como Escola de Aprendizizes e Artífices, na antiga capital do estado de Goiás, Vila Boa, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 (Brasil, 1909), durante o governo do presidente Nilo Peçanha (1909–1910). Em 1942, foi transferida para Goiânia, recebendo o nome de Escola Técnica de Goiânia. Em 1965, tornou-se autarquia federal, com a denominação de Escola Técnica Federal de Goiás. Em 1999, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (Cefet-GO), passando a ofertar educação tecnológica em diferentes níveis e modalidades, incluindo cursos superiores. A partir de 2008, passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, por meio da Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008a).

7

Segundo Álvares (2023), o IFG configurou-se, entre 2010 e 2023, como uma política relevante para a formação de professores, ao responder às problemáticas relacionadas à produção, ao trabalho, aos processos pedagógicos e às necessidades educacionais da sociedade brasileira. A autora salienta, ainda, que é tarefa das licenciaturas formar profissionais habilitados a atuar em um mundo profundamente marcado por novos tipos de sociabilidade e de comunicação, bem como pelas transformações sociais contemporâneas.

Os PPCs dos cursos de licenciatura do IFG – Câmpus Goiânia foram elaborados sob diferentes referências normativas, conforme o período de publicação de cada documento. Os PPCs de História e Música, publicados em 2018, e o PPC de Física, publicado em 2019, indicam como bases para sua elaboração ou reestruturação a Resolução CNE/CP nº 2/2015, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada de professores, e a Resolução CONSUP/IFG nº 31/2017, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares para os cursos de licenciatura do IFG (Brasil, 2015a; IFG, 2017; IFG, 2018a; IFG, 2018c; IFG, 2019).

No PPC de Letras, publicado em 2018, essas referências integram o conjunto normativo considerado pelo curso, embora não apareçam com a mesma clareza como fundamentos diretos da reestruturação (IFG, 2018b). Já o PPC de Matemática, publicado em 2022, além dessas normativas, também considerou a Resolução CNE/CP nº 2/2019, referente à BNC-Formação (Brasil, 2019; IFG, 2022). No campo da Educação Especial, todos os PPCs foram elaborados durante a vigência da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008 (Brasil, 2008b), embora essa política não apareça em todos os documentos como fundamento explícito de sua elaboração.

Em síntese, a trajetória histórica e institucional do IFG, associada às normativas nacionais e internas que orientam a formação docente, evidencia o papel da instituição na oferta de cursos de licenciatura comprometidos com a Educação Básica. Embora os PPCs compartilhem uma estrutura comum e princípios formativos semelhantes, cada curso apresenta especificidades quanto à organização curricular e às ênfases atribuídas à formação profissional. Essa configuração permite compreender os documentos como expressões de uma política institucional de formação de professores e, ao mesmo tempo, como espaços nos quais se materializam, de modos distintos, as diretrizes relacionadas à inclusão escolar e à Educação Especial.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com base na análise documental. O corpus foi constituído pelos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das licenciaturas em Física, História, Letras, Matemática e Música do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Câmpus Goiânia, disponíveis no sítio eletrônico oficial da instituição no momento da realização da pesquisa. O recorte temporal compreendeu os documentos publicados entre 2018 e 2022, correspondentes aos PPCs de História, Letras e Música (2018), Física (2019) e Matemática (2022).

A produção, a organização e a análise das informações ocorreram entre os meses de maio e junho de 2026. Inicialmente, os PPCs foram localizados no sítio eletrônico oficial do IFG, obtidos em formato PDF e organizados conforme o curso e o ano de publicação. Em seguida, realizou-se uma leitura exploratória dos documentos, com o objetivo de conhecer sua estrutura, organização curricular e principais seções.

Na etapa de mapeamento, foram identificadas as ocorrências dos conceitos ‘inclusão’, ‘inclusão escolar’ e ‘Educação Especial’. A busca foi realizada diretamente nos arquivos em formato PDF, registrando-se, para cada PPC, a frequência de ocorrência de cada conceito e as respectivas páginas em que foram localizados. Como critérios de inclusão, consideraram-se os PPCs vigentes, disponíveis no sítio eletrônico oficial do IFG durante o período de levantamento das informações, referentes aos cursos presenciais de licenciatura ofertados pelo Câmpus Goiânia. Foram excluídos documentos de outros câmpus e versões anteriores dos PPCs.

As ocorrências identificadas foram inicialmente organizadas em quadros, possibilitando comparar a frequência dos conceitos entre os cursos analisados. Esse levantamento constituiu a etapa descritiva da pesquisa e serviu de base para a análise qualitativa dos contextos em que os conceitos foram empregados nos documentos.

Para a análise, as ocorrências foram classificadas em cinco categorias: legal/normativa, pedagógico-metodológica, institucional, curricular e referencial-discursiva. Essas categorias foram definidas a partir da leitura integral dos PPCs e dos diferentes sentidos atribuídos à inclusão escolar e à Educação Especial nos documentos.

A categoria legal/normativa compreende as referências a leis, decretos, resoluções, diretrizes e demais documentos normativos que fundamentam a organização dos cursos. A categoria pedagógico-metodológica reúne trechos relacionados às práticas pedagógicas, às metodologias de ensino, à avaliação e às estratégias didáticas voltadas ao processo de ensino e aprendizagem. A categoria institucional abrange referências aos princípios formativos, aos objetivos dos cursos, ao perfil do egresso, às políticas institucionais e às ações de acessibilidade e permanência estudantil.

A categoria curricular refere-se à presença da temática na organização curricular, especialmente por meio de disciplinas obrigatórias ou optativas, componentes curriculares, ementas e conteúdos relacionados à inclusão escolar e à Educação Especial. Por fim, a categoria referencial-discursiva contempla as ocorrências conceituais, terminológicas e bibliográficas, bem como passagens em que a inclusão escolar e a Educação Especial são citadas de forma geral, sem vinculação direta às demais categorias.

A utilização dessas categorias permitiu compreender não apenas a frequência de ocorrência dos conceitos, mas também os diferentes sentidos atribuídos à inclusão escolar e à Educação Especial nos PPCs das licenciaturas. Desse modo, a análise possibilitou identificar

aproximações, especificidades, limites e lacunas na incorporação da temática aos projetos formativos dos cursos, contribuindo para compreender como a formação inicial de professores contempla os princípios da educação inclusiva no âmbito do IFG – Câmpus Goiânia.

RESULTADOS

A análise e a discussão das informações foram organizadas em duas subseções: a) licenciaturas do IFG – Câmpus Goiânia: análise dos PPCs sob a perspectiva da educação inclusiva; b) aproximações, distanciamentos, avanços e desafios nos PPCs analisados. A primeira subseção apresenta a identificação das ocorrências dos conceitos pesquisados e a análise dos contextos em que apareceram nos PPCs, considerando as cinco categorias de análise. A segunda subseção reúne uma síntese comparativa dos documentos, destacando aproximações, distanciamentos, avanços e desafios relacionados à presença da inclusão escolar e da Educação Especial nos cursos analisados.

a) Licenciaturas do IFG - Câmpus Goiânia: análise dos PPCs sob a perspectiva da Educação Inclusiva

Os PPCs de História, Letras e Música, publicados em 2018, foram elaborados durante a vigência da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008. Contudo, a leitura dos documentos evidencia que as bases normativas explicitamente associadas à elaboração e à reestruturação dos cursos foram, sobretudo, a Resolução CNE/CP nº 2/2015, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada de professores, e a Resolução CONSUP/IFG nº 31/2017, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares para os cursos de licenciatura do IFG.

No PPC de História, essas duas resoluções são apresentadas como fundamentos diretos da reestruturação do projeto; no PPC de Música, são indicadas como referências para as diretrizes políticas e didático-pedagógicas do curso. Já no PPC de Letras, a Política Nacional de Educação Especial de 2008 aparece entre as referências e articula-se às disposições sobre acessibilidade e atendimento aos estudantes com deficiência.

O Quadro 1 apresenta a frequência de ocorrência dos conceitos ‘inclusão’, ‘inclusão escolar’ e ‘educação especial’ nos PPCs das licenciaturas analisadas, permitindo visualizar o espaço destinado à temática nos documentos dos cursos (IFG, 2019, 2018a, 2018b, 2022, 2018c).

Quadro 1 – Identificação das ocorrências dos conceitos analisados nos PPCs

Curso	Ano do PPC	Nº de vezes 'Inclusão'	Nº de vezes 'Inclusão Escolar'	Nº de vezes 'Educação Especial'	Total de ocorrências
Física	2019	03	-	01	04
História	2018	20	01	-	21
Letras	2018	05	-	03	08
Matemática	2022	22	-	03	25
Música	2018	07	-	02	09
Total	-	57	01	09	67

Fonte: Autoria própria (2026)

A análise do Quadro 1 permite visualizar a incidência dos conceitos relacionados à inclusão escolar e à Educação Especial nos PPCs das licenciaturas, evidenciando o espaço formalmente destinado à temática nos documentos dos cursos do IFG – Câmpus Goiânia. No total, foram identificadas 67 ocorrências, sendo 57 do conceito 'inclusão', uma da expressão 'inclusão escolar' e nove da expressão 'educação especial'. Esses dados mostram que o conceito 'inclusão' aparece com maior frequência nos documentos, enquanto a expressão 'inclusão escolar' aparece de forma bastante reduzida.

Identifica-se que o PPC do curso de Matemática apresenta o maior número de ocorrências, com 25 registros, seguido pelo curso de História, com 21. O curso de Música apresenta nove ocorrências; o curso de Letras, oito; e o curso de Física, quatro. Essa distribuição indica que os conceitos aparecem nos PPCs com diferentes níveis de abordagem, revelando avanços, lacunas e contradições na forma como a temática é incorporada aos documentos das licenciaturas analisadas.

Todavia, a frequência dos conceitos não revela, por si só, a profundidade ou a forma como a Educação Especial na perspectiva inclusiva é incorporada aos cursos. Embora os dados indiquem a presença formal da temática nos PPCs, é necessário analisar os contextos em que os conceitos aparecem, pois podem estar associados a diferentes dimensões, como aspectos legais, institucionais, curriculares, pedagógicos ou menções gerais à inclusão.

Assim, a identificação dos conceitos constitui uma primeira aproximação do objeto investigado, complementada pela análise dos sentidos atribuídos à inclusão escolar e à Educação Especial nos documentos. Além disso, é importante considerar a presença ou ausência de

disciplinas específicas voltadas à Educação Especial e à inclusão escolar na matriz curricular dos cursos.

Quadro 2 – Análise Qualitativa dos conceitos pesquisados no PPC de Licenciatura em Física do IFG/Câmpus Goiânia

Conceitos pesquisados	Páginas principais	Categorias Identificadas
Inclusão	p. 14; p. 22	Curricular; institucional
Inclusão Escolar	Não identificado	-
Educação Especial	p.14	Curricular

Fonte: Autoria própria (2026)

No PPC de Licenciatura em Física, a formação profissional volta-se à atuação docente na Educação Básica, articulando conhecimentos específicos da Física aos fundamentos pedagógicos da docência. A organização curricular contempla formação específica, formação pedagógica, estágio supervisionado, prática como componente curricular e atividades acadêmico-científico-culturais, indicando a preocupação com uma formação que integre domínio científico e preparação para o ensino (IFG, 2019).

Em relação aos dados apresentados no Quadro 2, as ocorrências dos conceitos pesquisados foram classificadas em duas categorias: curricular e institucional. A categoria curricular foi identificada na referência à disciplina ‘Educação Especial e Inclusão’, presente no item 2.1, referente ao perfil do curso. Já a categoria institucional aparece no item 4.1.3, destinado à acessibilidade, quando o documento menciona a necessidade de “promover a inclusão da comunidade acadêmica com necessidades específicas” e de desenvolver “ações voltadas para a questão da inclusão” (IFG, 2019, p. 22).

Contudo, nota-se que a temática se materializa de forma limitada no PPC, pois as ocorrências concentram-se na oferta de uma disciplina e em menções institucionais relacionadas à acessibilidade. Não foram identificadas ocorrências do conceito ‘inclusão escolar’ nem uma discussão mais ampliada sobre a Educação Especial na perspectiva inclusiva ao longo do documento. Isso sugere que, embora o PPC apresente referências à inclusão e à Educação Especial, elas não aparecem articuladas de maneira mais sistemática à formação docente, aos estágios supervisionados, às práticas pedagógicas ou às metodologias de ensino voltadas ao trabalho com estudantes que compõem o público da Educação Especial.

Dessa forma, no PPC de Física, a inclusão escolar e a Educação Especial aparecem sobretudo como registro formal ligado à acessibilidade institucional e a uma única disciplina, sem constituir eixo estruturante da formação inicial de professores. A oferta da disciplina 'Educação Especial e Inclusão' é um avanço pontual, mas concentrado em um único componente curricular não é suficiente para que a temática atravessasse o curso como um todo.

Quadro 3 – Análise Qualitativa dos conceitos pesquisados no PPC de Licenciatura em História IFG/Câmpus Goiânia

Conceitos pesquisados	Páginas principais	Categorias Identificadas
Inclusão	p. 7; p. 8; p. 13; p. 27-32; p. 57-68; p. 125	Institucional; legal/normativa; pedagógico-metodológica; curricular; referencial-discursiva
Inclusão Escolar	p. 109	Referencial-discursiva
Educação Especial	Não identificado	–

Fonte: Autoria própria (2026)

No PPC de Licenciatura em História, a formação do professor aparece associada à formação crítica, ao afirmar o objetivo de assegurar “a formação de um profissional na área História capacitado para refletir e discutir educação, ciência, tecnologia e cultura historicamente e relacionalmente” (IFG, 2018a, p. 13). O documento também destaca a necessidade de formar profissionais com “consciência crítica, política e ética, comprometidos com as transformações sociais” (IFG, 2018a, p. 13), evidenciando uma concepção de docência articulada à leitura crítica da realidade. No mesmo sentido, o PPC reforça a relação entre ensino, pesquisa e formação docente ao indicar que o licenciado deve ser capaz de “estabelecer relação orgânica entre ensino e pesquisa” (IFG, 2018a, p. 16).

Nota-se que, no curso de Licenciatura em História, há maior presença do conceito ‘inclusão’. As ocorrências foram classificadas nas categorias institucional, legal/normativa, pedagógico-metodológica, curricular e referencial-discursiva. No documento, a temática aparece vinculada às políticas de inclusão, aos objetivos formativos do curso, ao perfil do egresso, às ações de acessibilidade e à organização curricular. Identifica-se, por exemplo, que o PPC menciona, entre seus objetivos específicos, a formação de professores para a Educação

Básica “[...] a partir da construção de processos formativos fundamentados na concepção do Currículo Integrado e nas Políticas de Inclusão” (IFG, 2018a, p. 14).

Apesar da maior ocorrência do conceito ‘inclusão’, essa frequência elevada não se traduz em tratamento aprofundado da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Em vários momentos, a inclusão aparece de forma ampla, associada à inclusão social, às políticas institucionais, à diversidade, à acessibilidade e à permanência dos estudantes, mas sem maior detalhamento sobre práticas pedagógicas específicas para o público da Educação Especial.

Embora o PPC reconheça a importância da educação inclusiva e mencione a adequação dos espaços educativos para o recebimento de grupos historicamente excluídos dos processos de aprendizagem, a temática ainda aparece de modo geral, sem articulação mais direta com a formação docente para a atuação com estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A expressão ‘inclusão escolar’, embora tenha sido localizada no PPC, aparece na categoria ‘referencial-discursiva’, pois está presente em uma referência bibliográfica vinculada ao título de uma obra, e não no desenvolvimento da proposta pedagógica do curso. Desse modo, essa ocorrência não indica, por si só, a incorporação prática ou curricular da inclusão escolar na formação dos licenciandos. Da mesma forma, a ausência da expressão exata ‘Educação Especial’ revela uma lacuna importante, pois o documento trata da inclusão em sentido amplo, mas não explicita, de forma consistente, os fundamentos, as práticas e os desafios específicos da Educação Especial na perspectiva inclusiva.

Quadro 4 – Análise Qualitativa dos conceitos pesquisados no PPC de Licenciatura em Letras – IFG/Câmpus Goiânia

Conceitos pesquisados	Páginas principais	Categorias Identificadas
Inclusão	p. 5; p. 6; p. 54; p. 71; p. 72	Institucional; referencial-discursiva
Inclusão Escolar	Não identificado	-
Educação Especial	p. 72; p. 73; p. 128	Curricular; referencial-discursiva

Fonte: Autoria própria (2026)

No PPC de Licenciatura em Letras, a formação profissional está voltada à preparação de professores de Língua Portuguesa, considerando conhecimentos linguísticos, literários, pedagógicos e culturais. Durante a elaboração do documento, foram analisados outros cursos de

Letras, tendo como referência aspectos como “a contemporaneidade da proposta”, “a inovação, tendo como foco a formação de professores” e “a articulação entre teoria e prática” (IFG, 2018b, p. 15). Desse modo, o PPC evidencia uma preocupação com a formação docente em diálogo com as demandas da sociedade contemporânea e com a superação de modelos pedagógicos marcados pela separação entre teoria e prática.

Em relação à análise dos dados apresentados no Quadro 4, verificou-se que os conceitos pesquisados aparecem de forma reduzida no curso de Letras. Foram identificadas cinco ocorrências do conceito ‘inclusão’ e três da expressão ‘Educação Especial’, enquanto a expressão exata ‘inclusão escolar’ não foi localizada no documento. As ocorrências foram classificadas principalmente nas categorias institucional, curricular e referencial-discursiva, pois aparecem vinculadas à acessibilidade institucional, à organização do curso e às referências bibliográficas.

A categoria institucional aparece quando o documento trata da acessibilidade no Câmpus Goiânia, indicando uma preocupação com as condições de atendimento e permanência dos estudantes. Já a categoria curricular foi identificada no ementário, particularmente na disciplina de Libras, que aborda aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. Essa presença indica uma aproximação importante com a formação docente para o atendimento de estudantes surdos, mas ainda limitada a um campo específico da Educação Especial.

Embora o PPC mencione inclusão e Educação Especial, não foi identificada a expressão ‘inclusão escolar’ nem uma discussão mais aprofundada sobre práticas pedagógicas inclusivas, acessibilidade curricular, eliminação de barreiras ou atuação docente junto ao público da Educação Especial de forma mais ampla. A disciplina de Libras marca uma aproximação pontual e importante com o tema, mas um único componente curricular não sustenta, sozinho, o diálogo entre a Educação Especial e o conjunto da formação docente oferecida pelo curso.

Quadro 5 – Análise Qualitativa dos conceitos pesquisados no PPC de Licenciatura em Matemática - IFG/Câmpus Goiânia

Conceitos pesquisados	Páginas principais	Categorias Identificadas
Inclusão	p. 12; p. 23; p. 24; p. 27; p. 38; p. 39; p. 49-53; p. 94	Legal/normativa; institucional; pedagógico-metodológica; curricular; referencial-discursiva
Inclusão Escolar	Não identificado	-
Educação Especial	p. 81; p. 82; p. 94	Curricular; referencial-discursiva

Fonte: Autoria própria (2026)

No PPC de Licenciatura em Matemática, a formação profissional aparece vinculada à atualização das exigências legais da formação docente. O documento registra que sua reestruturação ocorreu pela necessidade de adequação à Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 (Brasil, 2015a), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada, às Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura do IFG e à Base Nacional Comum para a Formação de Professores (IFG, 2022, p. 9). Além disso, a organização curricular em núcleos e eixos formativos contribui para visualizar o percurso do licenciando, articulando disciplinas específicas da Matemática, dimensões pedagógicas, práticas como componente curricular, estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso.

Em relação à análise qualitativa dos conceitos, observa-se maior presença do conceito ‘inclusão’ em comparação aos outros PPCs. Esse dado pode ser considerado em razão de o PPC de Matemática ser o documento mais recente entre os analisados, momento em que as discussões sobre inclusão, acessibilidade, permanência estudantil e políticas educacionais inclusivas já se encontravam mais presentes nos marcos legais e materializadas no debate educacional e institucional.

Foram identificadas 22 ocorrências do conceito ‘inclusão’ e três da expressão ‘Educação Especial’, enquanto a expressão exata ‘inclusão escolar’ não foi localizada no documento. As ocorrências foram classificadas nas categorias legal/normativa, institucional, pedagógico-metodológica, curricular e referencial-discursiva.

O PPC de Matemática apresenta avanços ao incorporar a inclusão em diferentes partes do documento, especialmente nas dimensões institucional e pedagógica. Na dimensão institucional, a temática aparece quando o documento menciona, no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014), a necessidade de “ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas” (IFG, 2022, p. 12). Essa referência indica que a inclusão está articulada às condições de acesso, permanência e apoio aos estudantes no ensino superior.

Na dimensão pedagógica, o sumário do PPC registra a seção “Acessibilidade/Inclusão Pedagógica” (IFG, 2022, p. 23), demonstrando que o documento reconhece a necessidade de pensar a inclusão também no campo das práticas formativas. Contudo, essa maior frequência não equivale a um tratamento aprofundado da Educação Especial na perspectiva inclusiva.

Mesmo com esse avanço, em vários momentos, a inclusão aparece associada à assistência estudantil, à permanência, à acessibilidade e às políticas institucionais, o que é relevante, mas ainda não garante uma discussão direta sobre práticas pedagógicas voltadas ao público da Educação Especial.

Quadro 6 – Análise Qualitativa dos conceitos pesquisados no PPC de Licenciatura em Música IFG/Câmpus Goiânia

Conceitos pesquisados	Páginas principais	Categorias Identificadas
Inclusão	p. 10; p. 17; p. 24; p. 25; p. 26; p. 27; p. 62	Institucional; pedagógico-metodológica; referencial-discursiva
Inclusão Escolar	Não identificado	–
Educação Especial	p.62; p.65	Referencial-discursiva; curricular

Fonte: Autoria própria (2026).

No PPC de Licenciatura em Música, a formação profissional é apresentada a partir da preparação de professores para o ensino de música na Educação Básica. O documento afirma que o curso “visa promover a formação superior de docentes que atuarão no ensino de música no contexto da Educação Básica” (IFG, 2018c, p. 9). Também destaca que suas diretrizes político-pedagógicas articulam a formação técnica e científica à formação ético-humanística (IFG, 2018c, p. 9). Essa concepção é ampliada na justificativa, quando o PPC afirma que a proposta se volta para “as práticas sociais, envolvendo as artes musicais como um todo”, considerando diferentes dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais (IFG, 2018c, p. 11).

Os dados apresentados no Quadro 6 revelam que os conceitos pesquisados aparecem de forma pontual no PPC. Foram identificadas sete ocorrências do conceito ‘inclusão’ e duas da expressão ‘Educação Especial’, enquanto a expressão exata ‘inclusão escolar’ não foi localizada no documento. As ocorrências foram classificadas nas categorias institucional, pedagógico-metodológica, curricular e referencial-discursiva, conforme o contexto em que aparecem no PPC.

No documento, a categoria institucional aparece especialmente nas seções relacionadas ao atendimento ao estudante e às condições de acessibilidade. O sumário do PPC registra os itens ‘Atendimento Psicológico, Social e Pedagógico’ (IFG, 2018c, p. 23), ‘Acessibilidade Pedagógica’ (IFG, 2018c, p. 24), ‘Acessibilidade Comunicacional’ (IFG, 2018c, p. 26) e

‘Acessibilidade Arquitetônica’ (IFG, 2018c, p. 27). Essas ocorrências indicam que o PPC reconhece a necessidade de garantir condições de acesso, permanência e participação dos estudantes no curso.

A categoria pedagógico-metodológica aparece quando a inclusão é associada à atuação do futuro professor de Música em diferentes contextos educacionais e sociais. Já a categoria curricular aparece de forma mais restrita, vinculada à organização das disciplinas e ao ementário do curso. Nesse curso, a Educação Especial na perspectiva inclusiva concentra-se nas seções de acessibilidade e não chega a compor uma discussão própria sobre inclusão escolar, práticas pedagógicas inclusivas, adaptação curricular, eliminação de barreiras ou atuação docente junto ao público da Educação Especial.

Nesse sentido, embora o PPC tenha apresentado aproximações importantes com a temática da inclusão, especialmente no campo institucional e nas ações de acessibilidade, essa presença ainda precisa ser fortalecida no campo pedagógico e curricular, sobretudo nas metodologias de ensino de Música, nos estágios supervisionados e nas práticas formativas voltadas ao atendimento dos estudantes que compõem o público da Educação Especial. Ao comparar as categorias de análise, observa-se que a dimensão institucional está presente na maioria dos PPCs e ocupa posição relevante na forma como a inclusão é incorporada aos documentos.

18

Nos cursos de História, Matemática e Música, a predominância da categoria institucional é mais evidente. No PPC de História, as referências à inclusão aparecem principalmente associadas aos princípios formativos e às políticas institucionais do curso. Em Matemática, observa-se maior presença das categorias institucional e pedagógica, enquanto em Música a inclusão está concentrada, sobretudo, em aspectos relacionados à acessibilidade e ao atendimento aos estudantes. Nos PPCs de Física e Letras, a categoria institucional também apresenta relevância, mas divide espaço com a categoria curricular, relacionada às propostas de formação, como a inserção de componentes específicos voltados à inclusão, a exemplo da disciplina de Libras em Letras.

Essa distribuição evidencia que a inclusão, nos PPCs analisados, é incorporada principalmente como um compromisso institucional, expresso por meio de políticas, orientações e ações de acessibilidade. Embora as categorias curricular e pedagógica também estejam presentes, sua ocorrência é menos expressiva, indicando que os documentos ainda

apresentam maior desenvolvimento das dimensões relacionadas à organização institucional do que das estratégias pedagógicas e curriculares voltadas à efetivação da educação inclusiva.

Dessa forma, a análise reforça a conclusão central do estudo: a inclusão está consolidada nos PPCs como princípio orientador e compromisso institucional, mas ainda necessita avançar em sua articulação com as práticas formativas, com o currículo e com as experiências pedagógicas que constituem a preparação dos futuros professores.

b) Aproximações, distanciamentos, avanços e desafios nos PPCs analisados

De modo geral, os PPCs das licenciaturas analisadas apresentam bases importantes para a formação docente no IFG. Os documentos indicam uma preocupação comum com a formação de professores para a Educação Básica, integrando conhecimentos específicos e pedagógicos, estágios supervisionados e prática como componente curricular. Essa organização sugere uma concepção de formação que não se limita à transmissão de conteúdos, mas compreende a docência como prática social, histórica e vinculada às demandas concretas da escola e da sociedade. Nota-se que os PPCs procuram articular a formação profissional ao compromisso social da docência, ainda que esse movimento possa ser mais bem materializado na relação entre currículo, prática pedagógica e estágio supervisionado. Apesar dessa aproximação, os documentos atribuem diferentes ênfases à formação profissional.

19

O PPC de História destaca a formação crítica, política e ética e a relação entre ensino e pesquisa; o PPC de Letras enfatiza a articulação entre teoria e prática; o PPC de Matemática evidencia a adequação às diretrizes nacionais da formação docente; o PPC de Música articula a formação técnica e científica à dimensão ético-humanística; e o PPC de Física integra os conhecimentos específicos da área aos fundamentos pedagógicos da docência. Nesse contexto, as licenciaturas ofertadas pelo IFG assumem papel relevante na formação de professores para a Educação Básica, cada uma em sua respectiva área de conhecimento.

Essas diferenças revelam que, embora os documentos compartilhem uma estrutura institucional comum e o compromisso com a formação docente, cada curso organiza seu projeto formativo conforme as especificidades de sua área de conhecimento. Essa caracterização constitui a base para examinar como a inclusão escolar e a Educação Especial foram incorporadas aos objetivos, aos componentes curriculares, às práticas pedagógicas e às demais dimensões dos PPCs.

Além das especificidades de cada curso, os documentos apresentam uma estrutura relativamente padronizada. De modo geral, contemplam a identificação institucional e os dados gerais do curso, seguidos de apresentação ou introdução, justificativa, objetivos, perfil do egresso, formas de acesso, organização pedagógica e curricular, estágio supervisionado, prática como componente curricular, matriz curricular, ementário, autoavaliação do curso, corpo docente, infraestrutura, referências e anexos. Essa organização comum indica que os PPCs seguem uma lógica institucional de elaboração, orientada pelas diretrizes legais e normativas do IFG.

Em relação às práticas pedagógicas voltadas aos estudantes com deficiência, os PPCs apresentam referências à acessibilidade pedagógica, comunicacional, atitudinal e arquitetônica, embora com diferentes níveis de detalhamento. No PPC de Física, foi identificada menção à elaboração ou adaptação de materiais didáticos, indicando uma aproximação com práticas pedagógicas inclusivas.

Nos demais documentos, a temática aparece principalmente em seções institucionais de acessibilidade e atendimento aos estudantes. Contudo, não foram localizadas, de forma explícita e sistemática, nos cinco PPCs, orientações sobre avaliação adaptada ou utilização de tecnologias assistivas no processo de ensino e aprendizagem. É importante considerar, entretanto, que esses termos e procedimentos específicos não constituíram objeto central desta pesquisa. Desse modo, os achados devem ser compreendidos como indícios decorrentes da análise documental realizada, e não como conclusão definitiva sobre a presença ou ausência dessas práticas nos cursos.

Em relação às categorias analisadas, os PPCs aproximam-se principalmente nas dimensões institucional e curricular, ainda que com diferentes níveis de desenvolvimento. As referências à acessibilidade, à permanência estudantil e à organização curricular aparecem em mais de um documento. Os cursos se distanciam, entretanto, quanto à frequência das ocorrências, à existência de componentes curriculares específicos e à articulação da temática com as práticas pedagógicas e os estágios supervisionados. Os PPCs de Matemática e História apresentam maior diversidade de categorias, enquanto os de Física, Letras e Música abordam a inclusão escolar e a Educação Especial de maneira mais pontual.

Essa predominância da dimensão institucional sobre a pedagógica e a curricular não parece casual. Os PPCs são documentos elaborados por colegiados de curso e por Núcleos

Docentes Estruturantes, em diálogo com diretrizes normativas externas, processo que tende a produzir com mais facilidade linguagem de compromisso institucional, isto é, políticas, princípios e ações de acessibilidade, do que orientações pedagógicas detalhadas, que dependeriam de decisões sobre ementas, cargas horárias e metodologias de ensino, mais próximas da prática de sala de aula e sujeitas a negociação entre diferentes áreas do curso. Essa hipótese não foi testada neste estudo, mas ajuda a explicar por que a inclusão aparece de forma recorrente como princípio e de forma pontual como prática curricular.

Embora os PPCs de História, Letras e Música tenham sido publicados no mesmo ano (2018), a presença de referências à inclusão varia de forma significativa entre eles. Enquanto o PPC de História registra 21 ocorrências, os de Letras e Música apresentam apenas 8 e 9, respectivamente. O contraste torna-se ainda mais evidente quando se observa o PPC de Física que, apesar de ter sido publicado em 2019, portanto mais recentemente, reúne apenas quatro ocorrências, a menor quantidade entre todos os cursos analisados. Essas informações indicam que a incorporação da inclusão nos documentos não depende apenas do período de publicação ou da atualização normativa. Pode também estar relacionada às prioridades formativas e às escolhas curriculares assumidas em cada PPC.

Essa interpretação pode ser observada nos objetivos formativos dos cursos. No PPC de História, a ênfase na formação crítica, política e ética aproxima-se de uma abordagem mais ampla da inclusão. No PPC de Física, por sua vez, a centralidade atribuída à articulação entre conhecimentos específicos e fundamentos pedagógicos pode contribuir para que a temática da inclusão apareça de forma mais pontual. Essa interpretação, contudo, deve ser compreendida como um indício decorrente da análise documental. Já no curso de Física, o foco recai sobre a articulação entre conhecimentos científicos específicos e fundamentos pedagógicos da docência, o que parece reduzir o espaço destinado às discussões sobre inclusão. Assim, a menor frequência de referências ao tema não pode ser atribuída apenas à data de publicação do documento, mas também às escolhas que orientam a identidade formativa de cada curso.

As informações analisadas indicam que o alinhamento dos PPCs às políticas de inclusão nem sempre se traduz em propostas pedagógicas capazes de preparar os futuros docentes para os desafios da educação inclusiva. Esse resultado dialoga com Mantoan (2003), para quem a inclusão exige mudanças na organização pedagógica e nas práticas escolares. Assim, as referências à acessibilidade constituem um avanço, mas precisam ser acompanhadas de

estratégias formativas voltadas ao enfrentamento das barreiras que restringem a participação dos estudantes.

Nos PPCs de Física e Música, essa perspectiva aparece de forma mais explícita nas seções destinadas à acessibilidade, indicando que o vocabulário da inclusão já foi incorporado ao discurso institucional. Entretanto, sua presença não é acompanhada, na mesma intensidade, por estratégias pedagógicas que explicitem como essas barreiras serão enfrentadas durante a formação dos licenciandos.

A análise também evidenciou que a terminologia empregada para tratar da Educação Especial varia entre os cursos, mesmo pertencendo à mesma instituição. Enquanto o PPC de Física utiliza a expressão ‘comunidade acadêmica com necessidades específicas’, outros documentos recorrem ao termo ‘público da Educação Especial’ ou fazem referências mais amplas à acessibilidade. Essa diversidade terminológica reforça a discussão apresentada por Souza (2018), segundo a qual as palavras utilizadas nesse campo não são neutras, mas refletem concepções históricas, políticas e educacionais distintas. Assim, as diferenças observadas sugerem que cada documento foi elaborado a partir de referenciais e compreensões particulares sobre a inclusão.

Observou-se um aspecto positivo em relação à terminologia utilizada nos trechos analisados. Em consonância com a recomendação de Cardoso (2021), nenhum dos cinco PPCs emprega a expressão ‘portador de deficiência’, considerada inadequada pela literatura da área. Ainda que essa constatação se restrinja aos excertos examinados neste estudo, e não a uma análise terminológica exaustiva de todos os documentos, ela indica um alinhamento com o vocabulário atualmente adotado nas políticas e nos debates sobre educação inclusiva. Esse cuidado com a linguagem representa um avanço importante, embora, por si só, não seja suficiente para garantir que os princípios da inclusão se convertam em práticas efetivas na formação docente.

Cabe destacar, ainda, que os cinco PPCs analisados foram elaborados entre 2018 e 2022, período anterior à publicação do Decreto nº 12.686/2025 e à sua alteração pelo Decreto nº 12.773/2025, que instituíram o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e o Plano Educacional Individualizado (PEI) como parte constitutiva do Projeto Político de Curso. Por essa razão, os PPCs analisados não incorporam esses instrumentos, o que não configura

uma falha dos documentos à época de sua elaboração, mas reforça a necessidade de que sejam revisados à luz dessa normativa mais recente.

Em síntese, o conjunto dos cinco PPCs confirma que a inclusão escolar e a Educação Especial ocupam espaço desigual entre os cursos, com maior desenvolvimento das dimensões institucional, legal/normativa e referencial-discursiva do que da dimensão pedagógica propriamente dita. Assim, os PPCs apresentam avanços ao mencionar a temática, mas ainda revelam fragilidades quanto à sua articulação com as práticas pedagógicas, os estágios supervisionados, as metodologias de ensino e a formação docente para atuação com o público da Educação Especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou como a Inclusão Escolar e a Educação Especial são tratadas nos PPCs das licenciaturas do IFG – Câmpus Goiânia, buscando compreender de que modo esses documentos incorporam, em sua estrutura curricular e formativa, princípios e diretrizes relacionados à Educação Especial na perspectiva inclusiva. Para tanto, foram tomados como materiais de análise os PPCs dos cursos de Licenciatura em Física, História, Letras, Matemática e Música, publicados entre 2018 e 2022 (IFG, 2019; IFG, 2018a; IFG, 2018b; IFG, 2022; IFG, 2018c).

23

A análise desenvolvida permite afirmar que houve avanços importantes no campo legal da Educação Especial na perspectiva inclusiva, especialmente no reconhecimento do direito à escolarização em espaços comuns, com garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem. Contudo, apesar desses avanços normativos, ainda há muito a ser feito para que esse direito se materialize no cotidiano das escolas. Nesse sentido, a inclusão escolar permanece atravessada por tensões entre o direito formalmente assegurado e os desafios de sua efetivação, exigindo reorganização curricular, práticas pedagógicas acessíveis, formação docente, recursos de apoio e enfrentamento das barreiras que limitam a participação dos estudantes que compõem o público da Educação Especial.

No caso do IFG, essa discussão adquire relevância por sua atuação na formação de professores nos cursos de licenciatura. A análise dos PPCs evidencia que esses documentos apresentam compromissos formativos voltados à Educação Básica, articulando conhecimentos específicos, formação pedagógica, prática profissional, estágio supervisionado, pesquisa, extensão e compromisso social. Contudo, a existência desses compromissos nos documentos

não assegura, por si só, sua efetivação no percurso formativo, o que reforça a necessidade de problematizar como tais princípios se materializam na organização curricular, nas práticas pedagógicas e nos estágios supervisionados.

As informações mostram que a Inclusão Escolar e a Educação Especial aparecem nos PPCs analisados, mas sua incorporação ocorre de modo contraditório, com avanços, lacunas e diferentes níveis de integração com a formação docente. A maior presença do conceito ‘inclusão’ não corresponde, necessariamente, a uma abordagem aprofundada da Educação Especial na perspectiva inclusiva.

De modo geral, a temática aparece mais associada à acessibilidade, à permanência estudantil, às políticas institucionais e às referências curriculares pontuais do que às práticas pedagógicas, aos estágios supervisionados e à formação docente para atuação com o público da Educação Especial. Destaca-se, ainda, que apenas um curso apresenta disciplina específica voltada à Educação Especial e à inclusão, o que reforça a necessidade de ampliar essa discussão na formação inicial de professores no IFG – Câmpus Goiânia.

Os PPCs analisados não estão alheios ao debate sobre inclusão, mas evidenciam um processo em construção, marcado por avanços, lacunas e desafios. Os resultados sugerem que o alinhamento entre os compromissos assumidos nos documentos e as práticas formativas ainda precisa ser fortalecido, especialmente na relação entre matriz curricular, estágios supervisionados, metodologias de ensino e formação docente.

Ressalta-se, ainda, que o Câmpus Goiânia conta com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), setor que não foi objeto desta pesquisa. Sua existência sugere que parte da efetivação prática da inclusão pode ocorrer por vias institucionais distintas dos PPCs, razão pela qual as informações produzidas neste estudo devem ser lidas como um retrato do discurso curricular formal, e não como medida direta da inclusão vivida pelos estudantes no cotidiano do câmpus.

Como desdobramento, estudos futuros poderão articular a análise dos PPCs ao trabalho desenvolvido pelo NAPNE e ao Plano de Desenvolvimento Institucional do IFG, bem como aprofundar a dimensão curricular, considerando o número de disciplinas relacionadas à Educação Especial e à Inclusão Escolar, seu caráter obrigatório ou optativo, suas cargas horárias e sua articulação com os estágios supervisionados e as práticas como componentes curriculares.

Também poderá ser investigada a formação dos docentes que integram os colegiados e os Núcleos Docentes Estruturantes responsáveis pela elaboração e reformulação dos PPCs. Essas questões não foram contempladas no escopo deste estudo, pois demandam a análise de outras fontes, como currículos acadêmicos, atas de colegiados, ementas detalhadas e entrevistas com os participantes.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, C. C. de O. T. *Uso dos resultados do Enade nos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás*. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília, 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1909.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 dez. 2008a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008b.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 ago. 2009a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 2009b.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 jul. 2015a.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 2019.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 out. 2025a.

BRASIL. Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 dez. 2025b.

CARDOSO, A. V. *Terminologias recomendadas para uma educação mais inclusiva*. IFRS, 2021. Disponível em: <https://dspace.ifrs.edu.br/handle/123456789/471>. Acesso em: 30 ago. 2026.

GLAT, R.; BLANCO, L. de M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (org.). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 15-35.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. Resolução CONSUP/IFG nº 31, de 2 de outubro de 2017. Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura do IFG. Goiânia: IFG, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. *Projeto pedagógico do curso de licenciatura em História*. Goiânia: IFG, 2018a.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. *Projeto pedagógico do curso de licenciatura em Letras*. Goiânia: IFG, 2018b.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. *Projeto pedagógico do curso de licenciatura em Música*. Goiânia: IFG, 2018c.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. *Projeto pedagógico do curso de licenciatura em Física*. Goiânia: IFG, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. *Projeto pedagógico do curso de licenciatura em Matemática*. Goiânia: IFG, 2022.

LANUTI, J. E. de O. E.; BAPTISTA, M. I. S. D.; MANTOAN, M. T. E. Desconstruir a prática para recriar a teoria: como formamos professores para a educação inclusiva. *TICs & EaD em Foco*, v. 8, n. 2, p. 103-116, 2022. Disponível em:

https://ticsead.uemanet.uema.br/index.php/ticseadfoco/pt_BR/article/view/630/419. Acesso em: 30 ago. 2026.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. Escolas dos diferentes ou escolas das diferenças? *ComCiência*, n. 135, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca: UNESCO, 1994.

SOUZA, S. B. Terminologias no campo da educação especial: a produção disseminada pela Revista Brasileira de Educação Especial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 8., 2018. *Anais [...]*. São Carlos: UFSCar; Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 2018.